



Anais da Assembléia

N.º 137

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 208.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1976.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Ernesto Gnoato e Werner Wanderer.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Edilson Alencar, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

“O parágrafo 5.º, do art. 41, da Constituição do Estado, de 8 de maio de 1967, alterado pela Emenda Constitucional número 03, de 29 de maio de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, é constituída por procuradores, com as mesmas garantias dos auditores, nomeados pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos”.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1976.

(aa) Ivo Thomazoni, Gilberto Carvalho, Paulo Camargo, Jorge Sato, Aguinaldo Pereira Lima, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Lázaro Dumont, Fuad Nacli, Jurandir Messias, Egon Pudell, Dácio Leonel, Francisco Escorsin, Werner Wanderer, Alfredo Gulín, Wilson Fortes, Luiz Roberto Soares, Quielse Crisóstomo, Ernesto Gnoato.

JUSTIFICATIVA:

O presente ante-projeto visa unicamente corrigir uma disfunção literal da Emenda Constitucional número 3, que na redação do texto referente à Procuradoria do Estado junto ao

Tribunal de Contas, por analogia, igualou a referida Procuradoria à Procuradoria Geral do Estado, dando-lhe vinculação à Secretaria da Justiça, no que não cuidou da diferença fundamental entre os dois órgãos.

É notória essa diferenciação nas atribuições de ambos, pois se à Procuradoria Geral do Estado cabe ampla atuação contenciosa na representação judicial ou extra-judicial ou como consultoria jurídica do Executivo, à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas são pertinentes atribuições específicas de defesa do Executivo como órgão auxiliar de fiscalização orçamentária e financeira, representando a Fazenda Pública, perante o referido Tribunal.

Essa é a situação de fato daquela Procuradoria, perfeitamente definida pelas leis números 4584/62 e 5432/66 e dentro das mesmas normas seguidas em outras unidades federativas.

Situação, aliás, que não se modificou, mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional número 3, pois não sendo ela auto-aplicável e não havendo lei especial que a regulamentasse no que se refere à matéria em causa, permaneceu aquela Procuradoria a reger-se pelo que dispõem as leis acima citadas cuja vigência o presente ante-projeto, se aprovado, e transformado em Emenda Constitucional, virá convalidar.

Com proveito, aliás, por definir de direito, dentro dos ditames do bom senso e da consagração do costume, pois, na realidade, trata-se apenas aqui, de corrigir que, além de desajustada, peca pela base e não se coaduna com a verdadeira atribuição e com o exato enquadramento de um órgão na estrutura administrativa estadual.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, voto de congratulações e regozijo pelo transcurso, amanhã, dia 23, do “DIA DO AVIA-DOR”, data que assinalará a passagem dos 170 anos do primeiro voo do “mais pesado que o ar”, pelo brasileiro Alberto Santos Dumont, em Paris.

É, precisamente, neste dia que todos os integrantes da aviação brasileira estarão rememorando o talento do “Pai da Aviação”, por haver aberto, no início deste século, novas perspectivas para o progresso da humanidade.

A manifestação, congratulatória e de júbilo, é extensiva, igualmente, pelo transcurso da “Semana da Asa”, comemorada com solenidades alusivas em todas as unidades da Força Aérea Brasileira.

Outrossim, aprovado o presente, pede-se seja dado conhecimento ao Brigadeiro do Ar Saulo de Mattos Macedo, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas de Infantaria de Guarda, sediada nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado requer à Mesa para que seja suprimida do requerimento do Deputado Muggiati Filho a expressão “Pelo ilustre Deputado Dácio Leonel”.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1976.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Chefes dos Poderes Judiciário e Executivo, bem como ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Justiça, solicitando a essas autoridades a união de esforços no sentido de que possam ser instaladas de imediato as novas Varas desta Capital e, gradativamente, do interior do Estado, dado o considerável acúmulo de serviço que se verifica nos atuais Juízos de Direito, em prejuízo não só das partes, como também da Justiça.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1976.

(aa) Fidelcino Tolentino, Maurício Fruet, Ernesto Gnoato e Lineu Turra.

JUSTIFICATIVA:

No final do ano passado, com aprovação do egrégio Tribunal Pleno, a Presidência do Poder Judiciário solicitou ao Exmo. Sr. Governador do Estado fosse encaminhada mensagem a esta Casa, solicitando, entre outras providências relacionadas com o novo Código de Organização e Divisão Judiciárias, a criação de diversos cargos, objetivando a instalação de novas Varas, para desemperrar os trabalhos judiciários, dado o acúmulo de serviço.

Em razão dos fundamentos expostos na Mensagem Governamental, os Senhores Deputados aprovaram o projeto mais tarde transformado na Lei 6767, de 30 de dezembro de 1975, publicada no Diário Oficial número 209, de 31 de dezembro daquele mesmo ano.

Todavia, talvez pela falta de lugar apropriado ou por outros motivos, ainda não foi instalada nenhuma das novas Varas previstas para funcionar nesta Capital.

Enquanto isso, é comum a designação de simples audiências para processos que requerem o máximo de urgência ou pelo menos que as partes esperam que estejam concluídos dentro dos prazos dos códigos em vigor, para MEADOS E FINAL DO ANO DE 1977, conforme pode ser verificado constantemente pela publicação de despachos dos Juízes de Direito da Comarca de Curitiba contidas nos Diários da Justiça.

Em que pese o empenho do Poder Judiciário em melhor reaparelhar todas as comarcas do Paraná e procurar dotar nosso Estado de Organização e Divisão Judiciárias condizentes com a atualidade, parece-nos que deve haver maior apoio da parte dos setores competentes do Poder Executivo, para que essa nova e eficiente estrutura possa ser concretizada.

Como pode a Justiça atender a contento as partes, se os magistrados não têm tempo sequer de melhor estudar cada processo que tramita em seu cartório?

O que adianta o brocardo "A Justiça tarda mas não falha" se ela sempre e cada vez mais tardar?

Lembramos que o esforço da magistratura já foi louvado e é objeto de reconhecimento dos signatários do presente, pois, temos ciência de que nos períodos de férias é quase sobre-humana a carga de trabalho e de responsabilidade dos juízes substitutos que laboram em todas as entrâncias, período em que aqueles que substituem na Capital são distribuídos, em média, mais de meio milhão de processos por Cartório. . .

Todavia, não cabe ao Judiciário somente pedir e tornar a reivindicar, pois, sua autonomia deve ser preservada e a sua posição dentro dos três Poderes respeitada.

Dai o fato de caber a nós, representantes das populações interessadas na melhor distribuição e aplicação da Justiça, interceder junto às autoridades competentes para que sejam dadas de imediato condições para instalação das novas Varas e conseqüente normalização dos trabalhos judiciários-forenses.

Que este apelo seja compreendido e sirva de início à união de forças que se faz necessária para que os objetivos da Lei 6767/75, resultante de iniciativa do Poder Judiciário, aprovada

por esta Assembléia Legislativa e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, sejam plenamente alcançados, é o nosso único e real intuito.

Esperamos, portanto, que se faça justiça para com a Justiça . . .

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 127/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Porto Rico, o Distrito Administrativo de Relíquia do Norte, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

Começa no Rio Paraná, na foz do Córrego número 4, sobe por este até sua nascente, de onde segue pela divisa entre as Glebas 20 e 30 e posteriormente pela divisa entre as Glebas 20 e 27, até atingir o Ribeirão do Patrão, pelo qual sobe até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego número 2, e por este abaixo até a sua foz, no Rio Paraná, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego número 4, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Relíquia do Norte, no Município de Porto Rico, está a merecer sua elevação a Distrito Administrativo, por preencher todos os requisitos necessários para tanto.

Possui mais de duzentas casas, tem vida própria e expressivo número de habitantes, além do que está a considerável distância da sede do município.

Se Relíquia do Norte, pelas razões expostas, está em condições de ser elevada a Distrito Administrativo, também o fato se justifica pela moderna tendência político-administrativa e importante meta na filosofia de nosso governo - a descentralização administrativa, tanto quanto possível, como é o caso presente.

Assim, espera o subscritor merecer a indispensável acolhida ao presente plano de lei, por parte de seus nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente.

Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, devidamente apoiada, por 18 Srs. Deputados, constante do expediente.

Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Será publicado no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 150/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 150/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 151/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 151/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 152/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 152/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR — e o município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 160/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de TAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 160/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através

da Secretaria do Interior, e o município de TAPEJARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 161/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 161/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de janeiro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, e o município de Tuneiras do Oeste, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRES-POL e verba do orçamento do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 162/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ANTONINA, objetivando reparos em prédio onde funciona o COLÉGIO ESTADUAL VALLE PORTO, do referido município.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 162/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Antonina, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Valle do Porto, da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) Basílio Zanusso, Presidente; Francisco Escorsin, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 163/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASSAÍ, objetivando reparos em próprios estaduais daquela comuna.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 163/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da Secção Figueira, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 165/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de FÊNIX, objetivando reparos em próprios estaduais daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 165/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Fênix, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual de Fênix, o Grupo Escolar Santo Inácio de Loyola, o Grupo Escolar Marechal Castelo Branco e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 166/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de JAPURÁ, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR RUI BARBOSA e o GRUPO ESCOLAR "MARECHAL CÂNDIDO RONDON", da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 166/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 26 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Japurá, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa e o Grupo Escolar Marechal Cândido Rondon, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 167/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PORECATU, objetivando reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL PROFESSOR MALVINO DE OLIVEIRA, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 167/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de abril de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Porecatu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Professor Malvino de Oliveira, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 168/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR "MACHADO DE ASSIS", da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 168/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Machado de Assis, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 169/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SÃO JOÃO, objetivando reparos em próprios estaduais daquele município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 169/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de São João, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola Rural Estadual Nossa Senhora das Graças, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 170/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR D. MARIA ISABEL GUIMARÃES e a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 170/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de São José da Boa Vista, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar D. Maria Isabel Guimarães e a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 171/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de UMUARAMA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR de Umuarama, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 171/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23 de março de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Umuarama, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar de Umuarama, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 172/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de ARA-POTI, objetivando execução de reparos em próprios do Estado daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 172/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Arapoti, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Telêmaco Carneiro, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 173/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DA SEÇÃO PALMITAL, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 173/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da Seção Palmital, no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO
Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 174/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de GENERAL CARNEIRO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 174/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de General Carneiro, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 175/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de GUARACI, objetivando execução de reparos em próprio estadual daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 175/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Guaraci, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual João Giuli, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 176/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de IBAITI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a 10ª INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO e o GINÁSIO ESTADUAL ANTÔNIO MARTINS DE MELO, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 176/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ibaí, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a 10ª Inspeção Regional de Ensino de Ibaí, e o Ginásio Estadual Antônio Martins de Melo, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 177/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de JOA-

QUIM TÁVORA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam POSTO DE SAÚDE e DELEGACIA DE POLÍCIA, da sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 177/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Joaquim Távora, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Posto de Saúde e a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 178/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de MOREIRA SALLES, objetivando execução de reparos em próprios estaduais daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 178/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Moreira Salles, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar João Theotônio Moreira Salles Neto e o Ginásio Estadual João Theotônio Moreira Salles Neto, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 179/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de PONTA GROSSA, objetivando execução de reparos no prédio do CENTRO DE ARTES INDUSTRIAIS e do GRUPO ESCOLAR PROFESSOR COLARES. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 179/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Ponta Grossa, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Centro de Artes Industriais e o Grupo Escolar Professor Colares, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 180/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de QUATIGUÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e Delegacia de

Polícia, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 180/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Quatiguá, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Pedro Gonçalves Lopes, o Grupo Escolar Sílvia Zanini e a Delegacia de Polícia, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1975.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 182/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de SANTO INÁSIO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL FIRMINO DE ALMEIDA, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 182/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Santo Inácio, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Manoel Firmino de Almeida, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 184/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, e o município de ALTO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 184/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Alto Paraná, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 185/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de UNIFLOR, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 185/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Uniflor, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 186/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 186/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 188/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de APUCARANA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ALBERTO SANTOS DUMONT, do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 188/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de maio de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Aberto Santos Dumont, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 189/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando reparos em próprios estaduais daquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 189/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado

em 27 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, a Secretaria da Administração, e o município de Balsa Nova, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Egídio Balarotti e o Grupo Escolar Ruy Barbosa, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 190/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Balsa Nova, objetivando reparos nos prédios que especifica, localizados naquela comuna. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Resolução nº 190/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de abril de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, e o município de Balsa Nova, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Joaquim Ribas de Andrade, o Grupo Escolar Dr. Mário Faraco e o Posto de Saúde, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 65/76, que concede pensão mensal na importância de um (1) salário mínimo, à senhora Tereza Soares. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei número 65/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal, na importância de 1 (um) salário mínimo à senhora Tereza Soares, viúva do Senhor Honório Soares, vítima do cataclismo que se abateu sobre o município de Francisco Alves — Bairro Catarinense.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pelo transcurso, amanhã, do “Dia do Aviador”. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fidélino Tolentino, Lineu Turra, Maurício Fruet e Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Chefes dos Poderes Judiciário e Executivo, bem como o Sr. Secretário da Justiça, no sentido de que possam ser instaladas de imediato as novas Varas desta Capital e no interior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da publicação da assessoria de imprensa da Prefeitura de Londrina, no jornal “Folha de Londrina” sob o título “Transportes Coletivo: Richa convida Hosken para presidir a Concorrência”. — **Aprovado. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).**

Sobre o requerimento acima aprovado, outro requerimento de autoria dos Srs. Deputados Werner Wanderer e Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja suprimida a expressão "Pelo ilustre Deputado Dácio Leonel". — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 204, 205, 206/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 179/75, 99, 102, 110, 111, 113/76 e de Resolução números 207, 208 e 209/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 153, 181, 187, 191, 210, e 211/76 e de Lei número 116/76.

Marcando ainda, uma sessão extraordinária, para segunda-feira, dia 25, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 203/76. Levanta-se sessão.

SESSÃO LIVRE

Transporte coletivo:

RICHA CONVIDA

HOSKEN PARA

PRESIDIR A CONCORRÊNCIA

O prefeito José Richa convidou o ex-prefeito José Hosken de Novaes para presidir a comissão que irá julgar a concorrência dos ônibus urbanos. Junto com Hosken, estarão na comissão alguns dos principais críticos do prefeito, como os advogados Aldyr Dias Viana e Moisés de Godoy e o vereador Zildo Bacarin.

Em dois atos baixados ontem e publicados nesta edição da FOLHA, Richa prorrogou por mais 30 dias úteis o prazo da concorrência para a concessão do transporte coletivo e designou desde já a comissão julgadora. Além de Hosken, Viana, Godoy e Bacarin, ela será integrada pelos vereadores Jorge Scaff e Waldimir Belinati e por dois representantes das classes mais interessados na solução do problema: dos trabalhadores e dos estudantes.

EXPLORAÇÃO POLÍTICA

Ao justificar sua decisão, o prefeito José Richa fez as seguintes declarações:

"A população de Londrina a testemunha de que eu cumpri com a obrigação que a lei me impunha, tentando solucionar a situação jurídica dos transportes coletivos. Por iniciativa da Arena, foi aberta a concorrência após a aprovação da lei proposta pelos vereadores Zildo Bacarin e Jorge Scaff, ambos arenistas, no momento mais impróprio para uma decisão desta envergadura. Eu recebi a lei da Câmara e tinha que tomar uma decisão: ou vetar (e aí me acusariam de proteger a atual permissionária dos ônibus) ou sancionar, abrindo a concorrência. Optei por sancionar a lei, respeitando a decisão do Poder Legislativo, e aí

começou a exploração política que ocorreria também se fosse outra a minha conduta.

CLIMA EMOCIONAL

E continua o prefeito José Richa:

"Ao prorrogar por mais trinta dias o prazo da concorrência e ao convidar para o julgamento aqueles que mais me criticam em vésperas de eleições, eu quero impedir que a exploração política em torno de assunto tão séria venha a quebrar a paz e a harmonia que felizmente temos conseguido em Londrina nestes últimos anos. E quero, sobretudo, que a decisão seja adotada "de cabeça fria", longe do clima emocional que caracteriza qualquer eleição. Eu sempre procurei evitar esse clima, mas infelizmente os meus críticos não pensaram da mesma maneira. Vamos, agora, como bons londrinenses, procurar com calma e tranquilidade a melhor solução para o nosso povo, melhor para a nossa cidade".

QUEM VAI JULGAR?

Justificando a escolha dos nomes para a comissão julgadora, Richa explicou:

"Não posso admitir que no calor da disputa eleitoral venham colocar em dúvida qualquer ato da minha administração. E para demonstrar a lisura que orientou toda a minha conduta na administração e, principalmente, neste episódio, estou convidando para compor a comissão que irá decidir, exatamente aqueles que por razões políticas, revelaram-se repentinamente interessados em solucionar o problema. Estou incluindo, também, por uma questão de justiça, dois representantes das maiores parcelas da população londrinense. Escolhi para presidente o ex-prefeito Jorge Hosken de Novaes, porque ele conhece o problema, apesar de não ter encontrado uma solução durante os cinco anos em que ficou na Prefeitura e de só agora comparecer a TV e aos jornais para assumir posições. E para ajudar Hosken, os advogados Aldyr Dias Viana e Moisés de Godoy, ambos dirigentes da campanha eleitoral do candidato Antônio Belinati, e que também entraram em cena agora, no clima político; o vereador Zildo Bacarin, autor do projeto da concessão; o vereador Jorge Scaff, presidente da Arena, autor do substitutivo transformado em lei; o vereador Waldimir Belinati; e, finalmente, o presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos, Salvador Pereira de Moraes, representando os trabalhadores de Londrina e os presidentes do Diretório Central dos Estudantes, Tadeu Felismino, principal líder da classe estudantil.

UM COMPROMISSO

Ao finalizar, o prefeito José Richa assumiu publicamente o compromisso de acatar e dar cumprimento à decisão que vier a ser adotada pela Comissão julgadora: "A comissão — disse Richa — tem poderes para analisar as propostas das empresas que se habilitarem, decidindo sobre o mais conveniente, aos interesses do município, ou, se for o caso, até para rejeitar todas as propostas. Seja qual for a decisão, eu a acatarei, como aliás, tem sido a praxe em todas as concorrências. Agora, podem dizer o que quiserem. De minha parte, o assunto está encerrado até o dia em que a comissão julgadora apresentar o resultado da concorrência".

Publicado da assessoria de imprensa da Prefeitura de Londrina.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

SÚMULA: Dá nova redação ao § 5.º do art. 41 da Constituição do Estado do Paraná.

O parágrafo 5.º do art. 51 da Constituição do Estado do Paraná, de 08 de maio de 1967, alterado pela Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, é constituída por procuradores, com as mesmas garantias dos auditores, nomeados pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos”.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1976.

(aa) IVO THOMAZONI

PAULO CAMARGO

EZEQUIAS LOSSO

LÁZARO DUMONT

JURANDIR MESSIAS

DÁCIO LEONEL

WERNER WANDERER

WILSON FORTES

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

JORGE SATO

GILBERTO CARVALHO

AGUINALDO PEREIRA LIMA

GABRIEL MANOEL

FUAD NACLI

EGON PUDELL

FRANCISCO ESCORSIN

ALFREDO GULIN

LUIZ ROBERTO SOARES

ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA

O presente ante-projeto visa unicamente corrigir uma disfunção literal da Emenda Constitucional n.º 3, que na redação do texto referente à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, por analogia, igualou a referida Procuradoria à Procuradoria Geral do Estado, dando-lhe vinculação à Secretaria da Justiça, no que não cuidou da diferença fundamental entre os dois órgãos.

É notória essa diferenciação nas atribuições de ambos, pois se à Procuradoria Geral do Estado cabe ampla atuação contenciosa na representação judicial ou extra-judicial ou como consultoria jurídica do Executivo, à Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas são pertinentes atribuições específicas de defesa do Executivo, como órgão auxiliar de fiscalização orçamentária e financeira, representando a Fazenda Pública, perante o referido Tribunal.

Essa é a situação de fato daquela Procuradoria, perfeitamente definida pelas Leis n.ºs 4584/62 e 5432/66 e dentro das mesmas normas seguidas em outras unidades federativas. Situação, aliás, que não se modificou, mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 3, pois não sendo ela auto-aplicável e não havendo lei especial que a regulamentasse no que se refere à matéria em causa, permaneceu aquela Procuradoria a reger-se pelo que dispõem as Leis acima citadas cuja vigência o presente ante-projeto, se aprovado e transformado em Emenda Constitucional, vira convalidar. Com proveito, aliás, por definir de direito, dentro dos ditames do bom senso e da consagração do costume, pois, na realidade, trata-se apenas aqui, de corrigir o texto constitucional, extirpando-o de uma expressão intercalar que, além de desajustada, peca pela base e não se coaduna com a verdadeira atribuição e com o exato enquadramento de um órgão na estrutura administrativa estadual.